

51 incluindo bens, patrimônio e equipamentos, conforme decretos aprovados em dezembro de 2024.
52 Quanto as Alterações de Redação e Inclusões sugeridas em Plenária anterior, foram apresentadas duas
53 principais inclusões: Garantia de que conselheiros não sofram sanções indevidas por sua atuação no
54 Conselho e a exigência de que os representantes possuam identificação e compromisso com a política de
55 assistência social. Também foi proposta a inclusão de dispositivo assegurando autonomia e
56 independência dos conselheiros em suas decisões, desde que tomadas em consonância com as leis
57 vigentes. O Conselheiro **Luíz Pflieger** manifestou concordância com os ajustes apresentados. Quanto a
58 Representação dos Trabalhadores, Bernadete esclareceu a ampliação das possibilidades de indicação de
59 representantes dos trabalhadores proposta pela Resolução nº100, incluindo conselhos profissionais
60 federais e regionais, e não apenas instâncias específicas anteriormente previstas. **A proposta foi acolhida**
61 **pelos presentes.** Sobre a Substituição de Conselheiros, foi debatida a possibilidade de substituição de
62 conselheiros, com exigência de justificativa formal. O **Presidente Amarildo** relatou posicionamento
63 contrário do Fórum das Entidades quanto à exigência de justificativa, defendendo autonomia para
64 substituição. A **Secretária Executiva** e a **Bernadete** elucidaram motivos pelos quais os Conselheiros
65 defenderam a manutenção do dispositivo durante elaboração do texto, destacando a necessidade de
66 proteger a autonomia do conselheiro e evitar substituições motivadas por discordâncias em votações. O
67 **Conselheiro Luíz Pflieger** reforçou que o controle não compete ao Fórum, mas sim ao próprio Conselho.
68 Após debate, houve consenso pela manutenção do texto, que solicita justificativa na substituição. A
69 **Secretária Executiva** questionou sobre o trâmite do documento, sendo orientada pela Bernadete a
70 encaminhar inicialmente ao gabinete da prefeita, para posterior análise pela procuradoria. Não havendo
71 mais manifestações, o **Presidente Amarildo** colocou a proposta em votação, sendo aprovada por
72 unanimidade. Ficou deliberado que: a mesa diretora e a secretaria executiva agendarão reunião com a
73 prefeita para apresentar o texto da Lei, para seguir os tramites necessários, que é o encaminhamento
74 à procuradoria, para posteriormente seguir para a Câmara de Vereadores. Considerações sobre
75 Participação e Frequência. O **Conselheiro Luíz Pflieger** faz considerações sobre participação e frequência
76 dos Conselheiros, questionando sobre a substituição de conselheiros faltantes, sendo informado que há
77 regras vigentes quanto ao número de faltas consecutivas e alternadas. A **Secretária Executiva** informou
78 que está sendo realizado controle mais rigoroso de frequência, através de Planilhas. O **Presidente**
79 **Amarildo** registrou agradecimentos à **Bernadete** e aos demais conselheiros pelo trabalho desenvolvido.
80 8. Apresentação do Relatório de Gestão de 2025 – Vigilância Socioassistencial: Na sequência passou-se a
81 palavra para a Coordenadora da Vigilância Socioassistencial, a Assistente Social **Juliana De Carli**, que
82 cumprimentou a todos e realizou sua apresentação institucional. Relatou que, ao ingressar no setor,
83 solicitou informações aos serviços e, na presente data, trouxe um compilado dos dados coletados, já
84 anteriormente encaminhado à **Secretária Executiva Flávia**, que enviou com antecedência, a todos os
85 Conselheiros (as) o texto. Esclareceu que a apresentação se daria de forma dialogada, permanecendo
86 aberta a questionamentos ao longo da exposição. Explicou que o Relatório de Gestão constitui
87 instrumento obrigatório por meio do qual os municípios prestam contas acerca dos serviços executados,
88 em conformidade com o Plano Plurianual e as normativas do SUAS. Informou, ainda, que houve
89 reorganização na ordem da apresentação, passando a palavra inicialmente à representante do setor
90 financeiro, a Diretora de Controle e Gestão de Fundos e Pessoas, a Sr^a **Valéria Martins**, para elucidar os
91 dados específicos relacionados aos repasses financeiros. Sobre os aspectos financeiros do Relatório de
92 Gestão de 2025 – a Diretora Valéria justificou que os dados apresentados têm como data-base o dia 31
93 de outubro de 2025, em razão do prazo de preenchimento do relatório, não contemplando, portanto, o
94 fechamento total do exercício em dezembro. Apresentou os valores recebidos e utilizados, discriminados
95 por níveis de complexidade: Proteção Social Básica; Média Complexidade; Alta Complexidade. Esclareceu
96 que os recursos são vinculados às respectivas finalidades, abordando também recursos específicos, como
97 IGD-SUAS, IGD-BF, AC-SUAS, BPC e PETI, destacando que o PETI não recebeu novos recursos no período,
98 sendo utilizado saldo anterior. Informa que as ações de combate ao trabalho infantil foram retomadas
99 em 2025, com realização de atividades, seminários e planejamento de novas ações. Ressaltou a
100 importância de utilização integral dos recursos disponíveis, com previsão de zerar saldos remanescentes.

(Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin)



(Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right)



101 O **Presidente Amarildo** destacou a evolução dos repasses estaduais ao longo dos anos, comparando com
102 períodos anteriores, nos quais havia maior dependência de recursos federais. A **Diretora Valéria**
103 corroborou a observação, apresentando dados históricos dos repasses dos últimos anos, sendo que em
104 2025 recebeu R\$ 1,750 milhão. Destacou que o município foi um dos que mais recebeu recursos estaduais
105 e 2025, em razão das demandas e vulnerabilidades locais. Informou que, no total dos gastos de 2025, 5%
106 foram provenientes do Governo Federal, 7% do Governo Estadual e 88% custeados com recursos próprios
107 do município. A **Diretora** detalhou despesas relevantes, como: Benefícios eventuais (auxílio-natalidade,
108 auxílio funeral e cestas básicas); Implantação do cartão para cesta básica, com custo mensal estimado em
109 R\$ 156 mil; Gastos com acolhimentos institucionais. Destacou que muitos recursos possuem destinação
110 específica, não podendo ser remanejados, o que exige complementação com recursos próprios. A
111 **Diretora** informou ainda um acréscimo de aproximadamente R\$ 1 milhão nas despesas entre 2024 e 2025;
112 Ausência de emendas no ano anterior; Recuperação de emenda de aproximadamente R\$ 500 mil,
113 anteriormente paralisada, viabilizando a aquisição de veículo adaptado para o serviço de acolhimento
114 (SAICA); Recebimento de nova emenda no valor de R\$ 1,7 milhão, já disponível em conta. Apontou que
115 tais recursos serão utilizados para: Melhorias nos equipamentos; Redução da sobrecarga financeira do
116 município; Manutenção e qualificação dos serviços. O **Presidente Amarildo** pontuou que, em 2024, as
117 equipes encontravam-se incompletas, havendo déficit de profissionais. O **Conselheiro Huan** mencionou
118 dificuldades enfrentadas na gestão anterior quanto à recomposição das equipes. A **Diretora Valéria**
119 relatou que, ao assumir em 2025, encontrou cenário de abandono dos serviços, destacando que, apesar
120 de alto volume de recursos executados em 2024, os serviços apresentavam precariedade. Informou que,
121 em 2025 houve reorganização dos serviços, retomada das atividades, ampliação das equipes, ainda que
122 não totalmente completas, melhoria significativa na execução das políticas públicas. A **Diretora Valéria**
123 apresentou dados referentes a processos administrativos, sendo Licitações homologadas: 1; Licitações
124 aguardando publicação: 4; Dispensa de licitação: 1; Adesões: 4; Prorrogações contratuais: 20;
125 Participações em licitações compartilhadas: 78; Processos abertos: 33; Previsão para 2026: 33 licitações.
126 Destacou a criação de estrutura interna para organização dos processos licitatórios e a adoção de
127 estratégias como terceirização de pequenos reparos, visando suprir deficiências estruturais nos
128 equipamentos. A **Diretora** informou que a prestação de contas de 2024 foi concluída e a Prestação de
129 contas de 2025 está em fase final (recurso federal) e em andamento (recurso estadual); relatou ainda
130 dificuldades na migração de sistemas (PBA para Agiliza SUAS), com possibilidade de prorrogação de
131 prazos. O **Presidente Amarildo** questionou prazos, sendo informado que permanecem vigentes, embora
132 haja inconsistências nos sistemas. A **Diretora Valéria** encerrou a apresentação e colocou-se à disposição
133 para esclarecimentos adicionais. Não havendo mais manifestações, o **Presidente Amarildo** agradeceu a
134 apresentação. Na sequência, a **Coordenadora da Vigilância Socioassistencial** deu continuidade à
135 apresentação, informando que realizou a sistematização de ações mais relevantes, considerando a
136 extensão do Relatório de Gestão, apresentando um compilado dos principais pontos. A Sra. Juliana relatou
137 que, no âmbito do gabinete, foi realizada a inauguração do serviço Guarujá Social, vinculado à Proteção
138 Social Básica, constituindo-se como extensão do CRAS 4. Esclareceu que a implantação decorreu do
139 aumento significativo da demanda de atendimentos naquela unidade. Informou que o serviço realiza
140 atendimentos do Serviço de Convivência, atendimentos sociais e atualização do Cadastro Único,
141 atendendo uma região de grande abrangência territorial. Destacou a implantação dos seguintes serviços,
142 todos devidamente regulamentados por legislação: Família Acolhedora; Serviço de Apadrinhamento
143 "Acalento"; Guarda Subsidiada. Sobre a guarda subsidiada, explicou que se trata de mecanismo que
144 permite o retorno de crianças ou adolescentes acolhidos ao convívio familiar ampliado (como tios,
145 padrinhos ou madrinhas), mediante apoio financeiro do município, quando a família não possui condições
146 de prover o sustento. Informou que o benefício corresponde a um salário-mínimo e que o serviço já está
147 regulamentado e com equipe capacitada, embora ainda não haja casos em execução. O **Presidente**
148 **Amarildo** questionou acerca da capacitação, sendo confirmado pela Sra. Juliana que os profissionais já
149 estão preparados para aplicação do serviço. Também foi destacada a realização de projeto de Educação
150 de Jovens e Adultos (EJA) no Centro POP, com início, meio e fim definidos, considerado positivo como

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Huan', 'Juliana', and 'Amarildo']

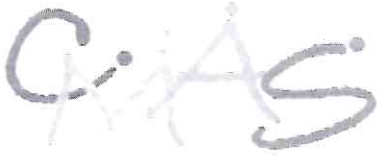




151 estratégia de inclusão. Por fim, mencionou a entrega de veículos para instituições, sendo destinados à
152 Irmandade, à Sociedade Vicentina e à Secretaria da Mulher. Gestão do Trabalho e Recursos Humanos,
153 **Juliana** apresentou ações relacionadas à gestão do trabalho, destacando a realização de evento voltado
154 aos trabalhadores, com oferta de benefícios como incentivo à pós-graduação e acesso a descontos em
155 psicoterapia. Informou que houve reorganização das equipes, inclusive com incorporação de profissionais
156 oriundos da educação. Ressaltou que o serviço de manutenção deixou de ser interno, passando a ser
157 centralizado na Secretaria de Habitação. Apresentou os dados do quadro funcional sendo 294 servidores
158 efetivos, 36 contratados, 13 comissionados, totalizando 343 trabalhadores. Quanto aos estagiários, são 12
159 remunerados e 45 curriculares. Destacou que, apesar do aumento no número de profissionais, ainda há
160 insuficiência frente à demanda, embora tenha ocorrido melhora significativa em relação ao ano de 2024.
161 O **Presidente Amarildo** ressaltou que o número de cargos comissionados representa pequena proporção
162 do total, contrapondo percepções equivocadas divulgadas em redes sociais. **Juliana** também fez
163 apontamentos sobre a Educação Permanente e Capacitações, destacando a elaboração e aprovação do
164 Plano Municipal de Educação Permanente (2026–2028), bem como a realização de encontros, capacitação
165 para motoristas, ciclo formativos, formação para gestores, apontando como uma das dificuldades, a
166 limitação de recursos financeiros para capacitações. Apresentou as atribuições da vigilância
167 socioassistencial, incluindo a coleta, organização e sistematização de dados; a elaboração de relatórios
168 mensais ao Governo Federal; o monitoramento dos serviços; a atualização de sistemas como CadSUAS e
169 Censo SUAS; a participação em planejamento do Plano Plurianual. Como dificuldades, destacou: a
170 necessidade de maior compreensão das orientações técnicas pelos profissionais e a redução da Equipe,
171 dificultando ações territoriais e mapeamento de vulnerabilidades. **Juliana** explicou que o setor de
172 notificações da Secretaria atua como porta de entrada e triagem para usuários sem cadastro, realizando
173 encaminhamentos conforme a complexidade da situação, apresentando alguns dados do setor sendo que
174 foram recebidas 407 denúncias; realizados 938 atendimentos, 125 visitas domiciliares, bem como 217
175 encaminhamentos realizados. Destacou avanço na utilização de sistema digital integrado, permitindo
176 maior assertividade nos encaminhamentos e redução de erros. Elucidou a Gestão de Parcerias,
177 apresentando as parcerias firmadas com organizações da sociedade civil, com respectivos quantitativos
178 de vagas e valores repassados. Apontou como principal dificuldade deste setor a prestação de contas por
179 parte das entidades, destacando, como avanço, a realização de visitas técnicas e maior acompanhamento
180 das parcerias. Foram apresentadas as manifestações recebidas pela ouvidoria, totalizando 61 denúncias,
181 abrangendo temas diversos, como conduta de servidores, situações em unidades de acolhimento,
182 programas sociais, pessoas em situação de vulnerabilidade. A Assistente Social **Juliana** destacou a
183 dificuldade da população em compreender as atribuições da assistência social, resultando em demandas
184 inadequadas, especialmente em situações envolvendo pessoas em situação de rua. Os conselheiros
185 complementaram que, em determinadas situações, não há competência legal para intervenção direta,
186 dependendo de outras instâncias, como segurança pública. Quanto ao setor de Fundos Especiais e
187 Emendas Parlamentares **Juliana** informou sobre a atuação do setor responsável pela captação de recursos
188 e destacou a redução significativa no número de emendas parlamentares. Relatou que, em 2025, foram
189 recebidas apenas duas emendas: R\$ 1,7 milhão para o Fundo de Assistência Social; R\$ 100 mil para a
190 Irmandade. O **Presidente Amarildo** mencionou articulações para novas emendas, incluindo recursos
191 destinados ao Banco de Alimentos. Foi ressaltada a necessidade de maior atenção por parte dos
192 parlamentares à área da assistência social. Quanto a atuação dos Conselhos, **Juliana** apresentou dados
193 referentes às atividades dos conselhos: CMAS: 43 encontros; COMID: 39; COMPIR: 31; CMDCA: 48;
194 COMPED: 25; Conselho Tutelar: 25. Destacou dentre os desafios, a abertura de novos editais e as
195 limitações de transporte para visitas técnicas. Sobre o Conselho Tutelar, **Juliana** esclareceu que o Conselho
196 Tutelar possui vínculo administrativo com a Secretaria, porém sem subordinação hierárquica. Explicou
197 que os dados apresentados são fornecidos pelo próprio Conselho, sendo baseados no sistema SIPIA, que
198 contabiliza violações por indivíduo, e não por número de ocorrências. Informou que foram registradas
199 858 situações de violação de direitos, ressaltando que o número não representa a totalidade de
200 ocorrências, devido à metodologia de registro. Esclareceu ainda que, no caso da educação, os registros



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



201 referem-se exclusivamente à ausência de vaga ofertada pelo município, não incluindo casos de evasão
202 escolar. A **Secretária Executiva** informou que os dados do Conselho Tutelar referente a 2025, já foram
203 solicitados formalmente e serão analisados em reunião posterior, além da previsão de capacitação dos
204 conselheiros tutelares para qualificação, aprovada recentemente pelo CMDCA. No que se refere ao
205 acompanhamento de casos reincidentes e medidas protetivas, o Conselheiro **Luíz Pflieger** destacou a
206 necessidade de acompanhamento rigoroso de casos envolvendo reincidência, especialmente quando se
207 trata de crianças e situações de violência. Relatou caso ocorrido em que, mesmo após diversas medidas
208 restritivas, houve desfecho fatal, questionando a efetividade das ações e a responsabilidade dos órgãos
209 envolvidos. O Conselheiro reforçou a necessidade de adoção de medidas mais efetivas e céleres,
210 apontando falhas no sistema de proteção. O Conselheiro **Huan** manifestou-se sobre o fluxo de aplicação
211 das medidas, destacando a progressividade das ações e a atuação judicial nos casos. Ainda sobre o C.T,
212 Juliana apresentou dados que serão incluídos no Relatório de Gestão, informando que, no ano de 2025:
213 foram realizados 3.711 atendimentos; 1.521 visitas domiciliares; 264 visitas institucionais; 2.955
214 denúncias registradas; 752 encaminhamentos recebidos; 2.243 encaminhamentos realizados. Esclareceu
215 que o Conselho Tutelar realiza atendimento pontual, sendo responsável pelo encaminhamento aos
216 serviços competentes para acompanhamento. O Conselheiro **Dilmar** trouxe à pauta a necessidade de
217 ampliação do Conselho Tutelar, considerando a alta demanda e a previsão legal para municípios com
218 maior população. Relatou que o volume de atendimentos gera demanda reprimida, dificultando o
219 acompanhamento adequado dos casos. A Coordenadora **Juliana** corroborou a fala, destacando, com base
220 em sua experiência na coordenação do CRAS, que diversas situações permanecem sem atendimento
221 devido à insuficiência de equipe. O Conselheiro **Huan** sugeriu a **elaboração de recomendação formal para**
222 **ampliação do Conselho Tutelar, a ser encaminhada por meio de ofício.** O Presidente **Amarildo** ponderou
223 **sobre os critérios legais de implantação de novos conselhos, destacando a necessidade de verificação**
224 **da legislação vigente.** O Conselheiro **Dilmar** ressaltou que, diante da sobrecarga, o Conselho Tutelar tem
225 priorizado casos mais graves de violação de direitos, deixando demandas como evasão escolar em
226 segundo plano. A servidora **Juliana** acrescentou que, muitas vezes, a evasão escolar é apenas um
227 indicativo de problemas mais complexos. Foi levantada discussão acerca da fragilidade dos indicadores e
228 sistema de registro, bem como a limitação dos dados do sistema SIPIA, conforme apontado por
229 participantes. **Juliana** explicou que o sistema agrupa diferentes tipos de violação dentro de categorias
230 amplas, como convivência familiar e comunitária, dificultando a análise específica. Os participantes
231 destacaram a necessidade de indicadores mais detalhados, que permitam identificar os tipos de violação
232 (física, psicológica, entre outras), a fim de subsidiar políticas públicas mais eficazes. O Conselheiro **Dilmar**
233 observou que os dados podem não refletir a realidade, caracterizando possível subnotificação ou
234 distorção das informações. Sobre o setor de transporte, a frota é composta por **33 veículos**, em sua
235 maioria em bom estado; é realizado atendimento às demandas intermunicipais, intramunicipais e apoio
236 a outras secretarias, sendo a principal dificuldade, a insuficiência de motoristas. Destacou que há veículos
237 disponíveis, porém sem motoristas suficientes para operação. O Conselheiro **César** sugeriu a possibilidade
238 de autorização para servidores dirigirem, mediante regulamentação. A Diretora **Valéria** informou que há
239 portaria vigente, porém restrita a diretores. O Conselheiro **Dilmar** ponderou sobre os riscos e
240 responsabilidades assumidas pelos servidores ao exercerem função de motorista, sem a devida
241 compensação. O Presidente **Amarildo** e o Conselheiro **Huan** destacaram a importância do motorista nas
242 visitas externas, especialmente por questões de segurança das equipes, majoritariamente compostas por
243 mulheres. Foi ressaltado que, em contextos de vulnerabilidade e violência, a presença de um terceiro
244 profissional pode inibir comportamentos agressivos. A Secretária Executiva enfatizou que o acúmulo de
245 funções pode comprometer a qualidade do atendimento e aumentar os riscos, sendo menos adequado
246 que técnicos realizem simultaneamente atividades de condução e atendimento. O Conselheiro **César**
247 relatou que nenhum equipamento visitado durante o ano apresentou quadro completo de profissionais,
248 havendo déficit em diversas áreas. Destacou que, apesar das solicitações formais, não houve reposição
249 de pessoal. O Conselheiro **Dilmar** ressaltou que a falta de estrutura inviabiliza a execução adequada dos
250 serviços, mesmo quando há profissionais disponíveis. A Conselheira **Anália** apontou alta rotatividade de

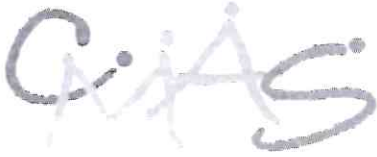




251 profissionais na assistência social. O Conselheiro **Huan** alertou para o risco de adoecimento e
252 esgotamento dos trabalhadores, o que pode comprometer a continuidade dos serviços. **Juliana**
253 apresentou **informações sobre a Proteção Social Básica**, destacou a reorganização da produção de
254 alimentos nos CRAS, com centralização no Banco de Alimentos, visando maior eficiência na distribuição.
255 O Presidente **Amarildo** esclareceu que a medida é provisória, até a conclusão de estrutura adequada.
256 Sobre o **Cadastro Único e Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, **Juliana** informou que houve **44.209**
257 **atendimentos realizados; 24.224 famílias cadastradas; mais de 55 mil pessoas cadastradas; 8.197**
258 **famílias beneficiárias do Bolsa Família; e mais de 22 mil pessoas beneficiárias.** Sobre o BPC, destacou
259 aumento expressivo da demanda devido ao bloqueio de benefícios por falta de atualização cadastral.
260 Esclareceu que o desbloqueio depende de atualização no Cadastro Único e validação junto ao INSS e o
261 setor não possui autonomia para desbloqueio direto. Informou ainda que foram realizados **2.763**
262 **atendimentos no setor**, sendo que há mais de **4.500 beneficiários ativos**; as famílias beneficiárias são
263 prioritárias no atendimento dos CRAS. Quanto a atuação dos **educadores físicos**, foi informado que: Há
264 padronização das atividades nos CRAS; é realizado ações mensais com crianças e idosos e atendimento
265 em diversos espaços comunitários. Foi apontada, entretanto, a insuficiência de profissionais para atender
266 toda a demanda. Foram apresentadas algumas **ações nos CRAS e demandas operacionais, com destaque**
267 **para a implementação do projeto "Maleta Conviver"** em todos os CRAS; a elevada demanda de
268 atendimentos em diversas unidades; e as dificuldades relacionadas à ausência de motoristas e veículos
269 disponíveis para visitas. **Juliana** relatou que, atualmente, as equipes possuem acesso limitado a veículos,
270 com períodos restritos para realização de visitas domiciliares, o que compromete o atendimento. O
271 Conselheiro **Dilmar** ressaltou que a limitação de recursos prejudica ações preventivas, fazendo com que
272 o trabalho se concentre apenas em situações já agravadas. O **Conselheiro Huan** manifestou que a situação
273 da política pública se assemelha a "enxugar um iceberg com uma flanela", evidenciando a insuficiência
274 estrutural. A **Juliana** corroborou, destacando que os CRAS 3, 5 e 6 apontaram como principal dificuldade
275 a **ausência contínua de equipes completas**, realidade ainda persistente, apesar de avanços. Como
276 progresso, relatou que os CRAS 4 e 5 destacaram a realização de capacitações e oficinas. No que se refere
277 aos **dados de Atendimentos e Concessão de Benefícios**, **Juliana** apresentou os quantitativos: **CRAS 1:** mais
278 de 4.000 atendimentos e 974 cestas básicas; **CRAS 2:** 6.217 atendimentos e mais de 1.000 cestas; **CRAS 3:**
279 mais de 5.000 atendimentos e 843 cestas; **CRAS 4:** mais de 8.000 atendimentos e 498 cestas; **CRAS 5:** mais
280 de 4.000 atendimentos e 756 cestas; **CRAS 6:** aumento significativo de atendimentos, com mais de 1.000
281 cestas; **CRAS 7:** mais de 5.000 atendimentos e cerca de 605 cestas; **CRAS 8:** mais de 4.000 atendimentos
282 e 614 cestas. Destacou-se o território do Guarujá, com elevada demanda, especialmente no CRAS 4. O
283 **Presidente Amarildo** questionou a discrepância entre número de atendimentos e concessão de cestas no
284 CRAS 4, sendo esclarecido pela **Juliana** que a proximidade com a cozinha comunitária reduz a necessidade
285 de cestas, uma vez que as famílias recebem alimentação diária no local. Sobre a **Equipe de Referência**,
286 **Juliana** relatou que as dificuldades referem-se a ausência de motorista, enquanto os avanços, a melhoria
287 do espaço físico; Dados da equipe: 1.639 atendimentos e 215 cestas básicas no ano. Esclareceu ainda que
288 a equipe atende regiões centrais sem CRAS de referência. **Serviço CCI (Idosos):** **Juliana** apontou como
289 dificuldade, o acesso de idosos com baixa mobilidade devido à ausência de transporte e como avanço, o
290 fortalecimento da identidade do serviço como política pública de assistência; Dados do setor: 589
291 atendimentos e 100 visitas domiciliares. **Serviços de Convivência e Atendimento a Públicos Específicos:**
292 **Irmandade Nossa Srª das Graças:** Dificuldade: ausência de oficinas do FIA; Manutenção das atividades
293 com recursos próprios; 757 atendimentos e 35 visitas. **PCD no domicílio:** Avanço: ampliação de usuários;
294 Dificuldade: veículo; 232 atendimentos e 245 visitas. Outras entidades (APAS, ASDEF, APAE) relataram
295 avanços em atendimentos e dificuldades relacionadas à adesão, articulação e aspectos emocionais dos
296 usuários. **Sobre a Média Complexidade (CREAS e Programas):** **Juliana** destacou a realização do primeiro
297 seminário do PET e a criação do PAEF 4A e 4B para atender demanda reprimida no território do Guarujá.
298 O **Conselheiro Huan** e demais conselheiros reforçaram a grande extensão territorial e demanda elevada
299 da região. **Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI):** foi informado baixo número de
300 notificações (9 casos), não condizente com a realidade, sendo predominância de casos em atividades



Handwritten signatures and initials in blue ink.



301 mecânicas; a subnotificação é o principal desafio. **CREAS – Dados e Avaliações:** **CREAS 1:** mais de 4.000
302 atendimentos; **CREAS 2:** mais de 5.000; **CREAS 3:** mais de 7.000. Dificuldades: Articulação intersetorial;
303 Transporte. Avanços: Grupos com idosos; Reestruturação do PAEFI. **Outros Serviços da Média**
304 **Complexidade - Centro POP:** Avanço: EJA no local; Dificuldade: falta de leitos para tratamento; Mais de
305 12.000 atendimentos. **Abordagem Social:** Dificuldade: desvio de função para demandas de saúde e
306 segurança; Mais de 2.000 atendimentos. **Proteção Social de Alta Complexidade:** **Juliana** apresentou como
307 avanço, a retomada do SAICA 1, sendo uma das dificuldades apresentadas a disparidade salarial entre
308 coordenação e equipe técnica. O **Conselheiro Huan** destacou que coordenadores acumulam funções e
309 recebem menos que técnicos. O **Conselheiro Luíz Pflieger** apontou a ausência de plano de carreira como
310 causa. **Programas de Acolhimento e Apadrinhamento - Acalento (Apadrinhamento):** 11 padrinhos
311 cadastrados; 8 crianças atendidas; 24 prestadores de serviço; 11 provedores financeiros. **Família**
312 **Acolhedora:** Apenas 2 famílias cadastradas; Desafio: sensibilização da comunidade. **Acolhimento**
313 **Institucional de Crianças e Adolescentes (SAICA) -** Dificuldades: Falta de cozinheiras; Redução de
314 cuidadores; Estrutura inadequada anteriormente. Avanços: Projeto “Fazendo Minha História”;
315 Capacitações e comissões técnicas. **Diretoria de Segurança Alimentar-** Resultados apresentados: Mais de
316 187 mil kg de alimentos distribuídos; Mais de 71 mil refeições na cozinha comunitária; Mais de 105 mil
317 pães produzidos; Mais de 83 mil lanches distribuídos. Dificuldades: Falta de caminhão para transporte;
318 Aumento da demanda. A **Conselheira Karimi** manifestou que, enquanto conselho, ao observar as
319 situações apresentadas por Juliana, destacou-se de forma significativa a questão da falta de profissionais
320 nos diversos equipamentos, o que vem ocasionando, na ponta, prejuízos à oferta de proteção social aos
321 usuários. Diante disso, questionou quais encaminhamentos poderiam ser realizados pelo conselho junto
322 à gestão ou ao órgão responsável, reconhecendo que não se trata de uma resolução imediata, mas
323 sugerindo a elaboração de documento formal que expresse a preocupação do colegiado frente às diversas
324 demandas evidenciadas. Ressaltou ainda a qualidade da explanação apresentada, especialmente quanto
325 aos atendimentos e serviços, porém enfatizou a necessidade de manutenção de equipes de referência e
326 a preocupação com a saúde dos profissionais, diante de situações de sobrecarga. Por fim, indagou de que
327 forma o conselho pode contribuir para que, no prazo de um ano até a apresentação do próximo relatório
328 de gestão, haja avanços gradativos conforme as necessidades apontadas no relatório, com redução das
329 dificuldades relacionadas à falta de profissionais e afastamentos por sobrecarga de trabalho. O
330 **Conselheiro Huan** sugeriu, como encaminhamento inicial, a realização de pedido de informações à gestão
331 acerca das medidas a serem adotadas para enfrentar o problema da falta de profissionais identificado no
332 relatório de gestão. Propôs, ainda, que o tema seja retomado na reunião subsequente, para definição de
333 novos encaminhamentos a partir das respostas obtidas. Os Conselheiros em discussão Geral, apontam
334 após apresentação, a falta generalizada de profissionais; sobrecarga de trabalho; impacto direto na
335 qualidade dos serviços. O **Conselheiro César** apontou a redução de repasses federais e a limitação
336 orçamentária municipal. A Secretária Executiva esclareceu que a falta de equipe também reduz repasses,
337 por descumprimento de critérios. Contudo o **Presidente Amarildo** informou quanto a sugestão do
338 Conselheiro Huan, que já houve encaminhamento semelhante no fim do ano anterior em reunião da mesa
339 diretora do CMAS com a Secretária de Assistência Social, mas ponderou que, diante da nova legislação a
340 ser encaminhada à prefeita, é possível reiterar a solicitação, entregando Ofício direto a Prefeita sobre tais
341 apontamentos. **A acrescentou que a mesa diretora realizará a entrega do referido documento para**
342 **apreciação, oportunidade em que também poderá ser encaminhada nova manifestação formal através**
343 **de Ofício, reforçando a preocupação do conselho, tanto em relação à insuficiência de profissionais**
344 **quanto às condições de trabalho e impacto que causa na qualidade dos serviços, levando em**
345 **consideração os apontamentos sobre a necessidade de recomposição das equipes, a preocupação com**
346 **a saúde dos trabalhadores e as dificuldades estruturais como transporte. Os Conselheiros aprovam**
347 **sugestão do Presidente.** A Secretária executiva reforça a importância do preenchimento do CADSUAS
348 quando solicitado, pois há um trabalho de parceria entre CMAS com o setor de Vigilância Socioassistencial.
349 O **Presidente Amarildo** coloca em aprovação o **Relatório de Gestão de 2025** apresentado, o qual é
350 **APROVADO** por unanimidade pelos Conselheiros (as). A Coordenadora da Vigilância Socioassistencial, a



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

351 Assistente Social Juliana agradeceu a participação na Plenária e colocou-se à disposição para contribuições
352 futuras. Dando continuidade a Plenária Ordinária do mês de março, seguiu-se para as pautas restantes. 3.
353 Aprovação da Ata n° 353 e n° 354: O **Presidente Amarildo** colocou a Ata n° 353 em aprovação, a qual
354 havia sido enviada previamente aos Conselheiros para leitura. **Sem manifestações, Ata n° 353 Aprovada.**
355 A Secretária Executiva informa que a Ata n° 354, refere-se ao Trabalho da Mesa Diretora, que ocorreu
356 para deliberação, dentro do trabalho das Comissões, e que infelizmente, não foi possível finalizar devido
357 demanda de trabalho, responsabilizando-se em encaminhar posteriormente para apreciação do
358 Conselho. 4. Trabalho da Mesa Diretora: A Secretária Executiva informou que a mesa diretora realizou
359 deliberação no âmbito do trabalho das comissões, considerando as necessidades identificadas,
360 ressaltando que todas as resoluções têm origem em deliberação da mesa diretora ou da plenária.
361 Destacou, ainda, que, diante das dificuldades relacionadas ao provimento de diárias para a conselheira
362 Maria Guedes — que justificou sua ausência na presente reunião —, a qual representa o Fórum Municipal
363 de Usuários e foi convocada para participar de evento dos usuários do SUAS em Florianópolis em 24/03,
364 foi elaborada nova resolução adequando as necessidades para recebimento das diárias. Informou que a
365 referida resolução já foi apreciada e deliberada pela mesa diretora. **Os Conselheiros aprovam**
366 **deliberação.** 5. Correspondências Expedidas e Recebidas: das expedidas - A Secretária Executiva informou
367 que, desde a última plenária, foi expedido o Ofício n° 016, por meio do qual foi convocada a Comissão de
368 Estudos para reunião extraordinária, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos relacionados à
369 prestação de contas. Ofício n° 015 ao Sr. Marcelo Soares, Coordenador Substituto da Coordenação Geral
370 de Prestação de Contas do Fundo Nacional de Assistência Social, referente às tratativas para regularização
371 da prestação de contas do exercício de 2020, pendência que vem sendo acompanhada desde o início do
372 ano, mediante atuação da mesa diretora e contato direto com o referido órgão. Destacou a expectativa
373 de que esta seja a última tratativa necessária para a regularização. O Presidente Amarildo questionou se
374 toda a documentação encontrava-se correta, ao que a Secretária Executiva respondeu afirmativamente,
375 esclarecendo que os dados foram devidamente inseridos nos sistemas competentes, incluindo o SUAS
376 Web e o sistema do Ministério, por meio de login Gov do Presidente. Informou, ainda, que o andamento
377 depende, neste momento, de eventual retorno por correspondência, usualmente encaminhada via
378 correio, não havendo, até o presente, resposta recebida. Encaminhamento da Resolução n° 002 à
379 Secretaria Municipal de Assistência Social por meio do Ofício 018, referente à aprovação de recursos para
380 participação em viagem, sendo autorizada apenas parte dos participantes, demandando nova resolução.
381 Expedição do Ofício n° 019, convocando comissões para atuação intensiva na semana anterior. Emissão
382 de declaração ao CIEE, atestando regularidade no ano de 2023 para fins de diligências do CEBAS.
383 Publicação da Resolução n° 004, decorrente de deliberação da mesa diretora. Ofício n° 020 à coordenação
384 do CREAS, reagendando apresentação do Plano Decenal para o mês seguinte (plenária de abril). Ofício n°
385 021, referente à convocação da presente plenária. Ofício n° 022 à Diretoria de Controle de Gestão,
386 solicitando esclarecimentos sobre a prestação de contas do segundo trimestre de 2025. Ofício n° 023 à
387 Secretaria de Planejamento e Mobilidade Urbana, contendo recomendação sobre adequações na rede
388 elétrica dos equipamentos públicos, especialmente da assistência social. O **Presidente Amarildo**
389 corroborou a importância da questão elétrica, destacando impactos no funcionamento de equipamentos
390 públicos. Das recebidas: Ofício n° 02 do Fórum Estadual dos Usuários do SUAS de Santa Catarina, por meio
391 do qual foi solicitado apoio do município para viabilizar a participação da conselheira Maria Guedes e de
392 dois suplentes em reuniões a serem realizadas em Florianópolis. Ofício n° 0426 do FEPS, relacionado a
393 emenda parlamentar destinada à aquisição de veículo para o território da AMures, ação vinculada a
394 projeto voltado ao atendimento de pessoas idosas, tema que integra os trabalhos das comissões. Ofício
395 n° 03372/2025/SNAS/DEFNAS/CGPC/CAPC do Fundo Nacional de Assistência Social, referente à prestação
396 de contas do exercício de 2020. Esclareceu que, diante da solicitação recebida em dezembro, foi requerido
397 prazo de 90 dias para resposta. Posteriormente, o órgão concedeu novo prazo, considerando o solicitado.
398 Ressaltou que, quando do recebimento do referido ofício, o processo já se encontrava em fase avançada
399 de organização, tendo sido cumpridas as exigências dentro do prazo. Ofício n° 31/2026-SMAS da
400 Secretaria Municipal de Assistência Social, informando que a entidade APAS não aderiu ao termo de

(Handwritten signatures and initials in blue ink)





401 colaboração para execução do serviço de proteção social básica para pessoas com deficiência no
402 domicílio, anteriormente executado. Informou que o quarto termo aditivo foi encerrado em 31 de
403 dezembro de 2025, permanecendo vigentes as parcerias com as entidades ADVIPS, APAE, ASDEF e
404 Irmandade Nossa Senhora das Graças. Destacou que tal situação poderá implicar em análise por parte do
405 Conselho quanto à manutenção da inscrição da entidade, considerando que as decisões institucionais
406 ultrapassam a atuação técnica de sua representante. Informou, ainda, que o Conselho analisará os
407 documentos apresentados, como relatório e plano de ação, dentro do prazo estabelecido. A **Conselheira**
408 **Karimi** esclareceu que a instituição continua desenvolvendo projetos sociais no âmbito da política de
409 assistência, ainda que não exclusivamente por meio de serviço tipificado, mantendo atendimentos e
410 acompanhamentos. Ofício nº 09/VSA/SMAS/2026 do setor de Vigilância Socioassistencial, referente à
411 solicitação de pauta já apreciada nesta plenária, com a apresentação e apreciação do relatório de gestão.
412 Ofício nº 050/2026 do CREAS I solicitando pauta para apresentação do plano decenal, sendo comunicado
413 que a apresentação ocorrerá na plenária do mês de abril. Solicitação do GRAARC acerca do andamento
414 de pedido de inscrição, já deliberado pelas comissões do Conselho, informando que será encaminhada
415 resposta formal à entidade. Ofício nº 183 da SMEL, comunicando a indicação de novos conselheiros da
416 área da educação, sendo membro titular Dilmar e a suplente Marjorie, aos quais deu boas-vindas. A
417 Secretária Executiva relatou o recebimento de ofício encaminhado pela Secretaria de Administração, o
418 qual inicialmente foi direcionado de forma equivocada, sendo posteriormente reenviado ao Conselho.
419 Esclareceu que houve solicitação de substituição de membro em comissão, sendo orientado que fosse
420 formalizada também a indicação de suplente, resultando na designação do suplente William Holmes,
421 permanecendo como titular o conselheiro Fábio. Recebimento de comunicado do Conselho Estadual de
422 Assistência Social, contendo orientações sobre o processo eleitoral e as regras de desincompatibilização,
423 conforme previsto na legislação vigente, especialmente após atualização da Lei Complementar nº 219 de
424 2025. Destacou que o afastamento deve ocorrer no prazo de três meses anteriores ao pleito, nos casos
425 previstos, colocando-se à disposição para encaminhar o documento aos interessados. Recebimento de
426 comunicação do Ministério Público acerca da realização de correição ordinária nas promotorias,
427 envolvendo monitoramento de serviços, podendo implicar em eventuais visitas às unidades e análise de
428 registros e procedimentos. **6. Trabalho das Comissões:** Prestação de Contas – Segundo Trimestre - foram
429 solicitados esclarecimentos adicionais quanto a empenhos, multas, consumo de energia e possíveis
430 parcerias para redução de custos. As solicitações já foram formalizadas via ofício, aguardando retorno.
431 Solicitação de informações complementares ao FEPS referente ao Ofício recebido sobre a Emenda
432 Parlamentar (2019) que trata de compra de ônibus para projeto com idosos. A solicitação de informação
433 inclui contrapartida, convênio, pareceres técnicos de prestação de contas da gestão de parcerias e
434 auditoria, além dos critérios de utilização de veículo adquirido. Deliberou-se pela participação de
435 representante técnica em reunião de comissão para esclarecimentos. Sobre a solicitação de Inscrição do
436 GRAARC no CMAS, a comissão deliberou pela **não aprovação** da inscrição, em razão do não atendimento
437 aos requisitos legais previstos na Resolução nº 002/2016. Quando a Prestação de Contas do Terceiro
438 Trimestre - após análise e esclarecimentos prestados pela diretoria competente, as comissões
439 deliberaram pela **aprovação** da prestação de contas. Colocada em discussão a matéria referente aos
440 trabalhos das comissões do mês de março, não houve manifestações contrárias. Em votação, os
441 conselheiros presentes **aprovaram por unanimidade o trabalho das comissões**. 9. **Agenda Livre:** A
442 **Secretária Executiva** informou sobre capacitação ofertada pelo Instituto Inova, em parceria com entidade
443 externa, abordando o marco regulatório das parcerias público-privadas, com realização online e custos
444 diferenciados. Destacou a relevância do tema para qualificação das atividades do Conselho. Informou que
445 compartilhará os detalhes no grupo e poderá abrir consulta para eventual participação dos conselheiros.
446 O **Presidente Amarildo** mencionou a necessidade de definição de data para reunião de comissão voltada
447 à análise do quarto trimestre da prestação de contas de 2025. **Os Conselheiros aprovam a data de 25 de**
448 **março para próximo trabalho da Comissão, a ser realizada na Casa dos Conselhos, às 8:30h.** O
449 **Conselheiro Huan** manifestou que já foram observadas situações envolvendo a unificação de
450 equipamentos, citando como exemplo o caso do SAICA, o qual, segundo relatou, gerou preocupação à



Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Fábio', 'Amarildo', and 'Huan'.



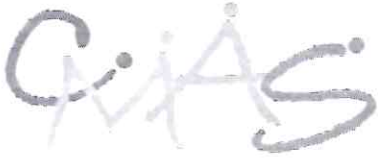
Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

451 época, pois não tem ciência de que o processo de unificação tenha sido submetido à aprovação deste
452 Conselho. Ressaltou que decisões dessa natureza, embora possam decorrer de demandas estruturais,
453 deveriam ser apreciadas pelo colegiado, especialmente quando implicam alterações no funcionamento
454 dos serviços. Acrescentou que recebeu informações de outras implementações relacionadas ao serviço
455 voltado à população em situação de rua, nas quais mudanças de protocolo estariam sendo realizadas
456 antes da devida alteração formal, mencionando, entre outros pontos, modificações em rotinas de
457 atendimento, encerramento de atividades em determinados dias e possibilidade de mudanças estruturais
458 com fusão entre equipamentos da saúde e da assistência social. Demonstrou preocupação com o quadro
459 reduzido de trabalhadores e com a possibilidade de agravamento dessa situação caso haja
460 compartilhamento de profissionais entre secretarias. Diante disso, sugeriu que o Conselho solicite
461 formalmente informações à Secretaria acerca do andamento de processos de fusão e alteração de
462 equipamentos, a fim de que o colegiado tenha ciência prévia das mudanças. **Um dos presentes informou**
463 **que, no caso da unificação mencionada, houve apresentação ao Conselho, porém apenas para**
464 **conhecimento, sem deliberação, pois o processo ainda se encontrava em tramitação. A Secretária**
465 **Executiva esclareceu que foi encaminhado ofício solicitando inclusão de pauta para apresentação na**
466 **plenária de agosto, constando pedido de apresentação e discussão, e que, na ocasião, a Diretoria de Alta**
467 **Complexidade, juntamente com a Secretária Adjunta, realizou a exposição informando tratar-se de**
468 **decisão de gestão já definida. Relatou que, diante da forma como foi apresentada, houve apenas**
469 **esclarecimento de dúvidas, sem encaminhamento para votação, motivo pelo qual não foi emitida**
470 **resolução na ocasião. Informou ainda que, quando questionada posteriormente sobre eventual**
471 **resolução, respondeu que não seria possível elaborar ato retroativo, sendo necessário novo pedido formal**
472 **para inclusão em pauta, caso seja necessário. O Conselheiro Huan sugeriu que seja realizada reunião**
473 **conjunta com outro conselho envolvido na matéria (CMCDA), para apreciação da questão, considerando**
474 **que o tema também teria sido apresentado em outro colegiado da mesma forma, apenas para**
475 **conhecimento. A Secretária Executiva informou que, para tanto, seria necessário que a solicitação partisse**
476 **formalmente das instâncias competentes, podendo o Conselho oficial para propor reunião conjunta. O**
477 **Conselheiro Huan relatou ainda, preocupação com informações recebidas de trabalhadores sobre**
478 **possíveis alterações em serviços voltados à população em situação de rua, incluindo definição de prazos**
479 **de permanência e diferenciação de atendimento entre municípios e migrantes. Informou que, ao revisar**
480 **a legislação, verificou que tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica da Assistência Social e**
481 **resoluções do Conselho Nacional vedam distinções de acesso aos serviços com base na origem das**
482 **pessoas, podendo tal prática configurar irregularidade. Relatou ainda que recebeu informações sobre**
483 **eventual limitação de tempo de permanência em serviços como Centro POP e outros programas, com**
484 **prazos distintos para municípios e migrantes, o que, segundo afirmou, pode caracterizar tratamento**
485 **discriminatório. Diante disso, sugeriu que a gestão seja convidada para prestar esclarecimentos ao**
486 **Conselho, podendo a convocação ocorrer inicialmente em reunião de comissão. Os presentes**
487 **concordaram com a necessidade de esclarecimentos, sendo sugerido convidar as diretorias**
488 **responsáveis pelas diferentes proteções para reunião com a comissão competente, a fim de detalhar**
489 **as mudanças e esclarecer dúvidas. O Conselheiro Huan acrescentou preocupação com possível**
490 **fechamento de serviço e criação de novo atendimento em conjunto com a área da saúde, ressaltando que**
491 **fusões entre secretarias sem apreciação do Conselho são preocupantes, citando como exemplo alterações**
492 **anteriores envolvendo equipamentos que deixaram a estrutura da assistência social, como o CCI. A**
493 **Secretária Executiva informou que será organizado convite às diretorias das três proteções para reunião**
494 **com a comissão de estudos/monitoramento. Foi registrado o encaminhamento de convidar as diretorias**
495 **responsáveis para reunião com a comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre unificações,**
496 **alterações de serviços, definição de prazos de atendimento e possíveis mudanças estruturais. Nada mais**
497 **havendo a se tratar, o presidente José Amarildo Farias encerrou a reunião, e eu Flavia Roberta Oliveira**
498 **Mathias, Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será colada em livro**
499 **próprio de Atas deste Conselho, e arquivada na Casa dos Conselhos, situada na Rua Castro Alves, nº 23,**
500 **Centro, Lages.**

*Valéria Pereira monteiro de Souza, Juliana de Carli,
Dayse Z. Santo, Karumi Hauckel, Rafael do S. S. Basso*



[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

- 501 Romilda Alves de Brito, Fabri Gonzales - Cesar A. Geusero
- 502 Luiz Carlos Pfeiffer, Anderson R. Rute, Marjorie Welf
- 503 ~~Marcelo José Correia~~ Edna m. P. Antunes
- 504 ~~ILDIR CARO PIPARI~~, Vanda A. Correa, Pádua Amélia Adami
- 505 Wagner Arruado, Dilney Ribeiro Pereira
- 508 Bernadete Aparecida da Silva, Flávio Roberto
- 509 Oliveira, mo. B. S.
- 510
- 511
- 512
- 513
- 514
- 515
- 516


José Amarildo Farias
Presidente do CMAS

